

“Movimento feminista crítico de gênero”: corpo, diferença sexual e disputas em torno da categoria mulher¹

Fabiana Jordão Martinez (UFCAT)

1. Introdução

O que afinal torna uma mulher, mulher? A antiga pergunta, aparentemente já solucionada por toda uma literatura que versa sobre a inessencialização da categoria mulher e seu construcionismo social, hoje novamente se levanta no movimento feminista como uma bomba relógio. Ela expressa dilemas de ordem ontológica, ideológica e política que congregam orientações distintas sobre quem é o sujeito político do feminismo. Afinal, se a categoria mulher, outrora respaldada pela diferença sexual, hoje espalha-se em inúmeras variáveis, características e significações, quem pode se reivindicar mulher?

De um lado, a orientação atualmente aceita como norteadora das agendas acadêmicas e políticas mundo afora, que embasada pelo relativismo linguístico e alinhada ao conceito de gênero, considera mulher ou homem categorias identitárias, ficcionais e instáveis dadas pela linguagem e pela performance, e, inferidas pelas orientações e volições subjetivas. Neste enquadramento, entende-se gênero como uma construção social, sendo a performance e a identidade de gênero eixos definidores da “verdade” dos sujeitos e de seu estar-no-mundo. De outro, a orientação que hoje se levanta contra a premissa anterior, apontando os possíveis efeitos e problemas ao se adotar gênero como marcador determinante dos sujeitos. Neste enquadramento, mais naturalista e que se diz materialista, a diferença sexual segue sendo o marcador mais importante das diferenças entre homens e mulheres, definindo-as como uma classe sexual determinada por uma realidade marcada por uma série de opressões advindas do sexo. O argumento é que a identidade de gênero é um critério subjetivo e pouco pragmático que ocultaria o conjunto de opressões que permeiam as mulheres. Neste sentido, “a biologia importa”, não necessariamente como marcador essencializante, mas como um tipo de “essencialismo estratégico” que oferece evidências e materialidade que sustentam as condições de possibilidade da execução da justiça e de políticas sociais: o direito ao aborto e a saúde, a educação, a proteção do estado contra violências diversas, etc.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (2024).

Esta retomada do sexo como marcador da categoria mulher articula-se inextrincavelmente com a entrada de mulheres trans no movimento feminista a partir da década de 90, gerando querelas e dilemas de difícil solução acerca do sujeito do feminismo. Na verdade, a presença de pessoas trans em espaços feministas nunca foi totalmente harmoniosa. Thiago Coacci (2003) faz uma retrospectiva de como essas disputas se davam nestes espaços já na década de 90 nos EUA. Sonia Alvarez *et all* (2003) relatam que neste mesmo período, nos encontros feministas latino americanos e caribenhos, a questão sobre pessoas trans não era somente sobre como incluir “outras” no feminismo, mas saber em que medida realmente essas pessoas “eram mulheres”. Mas esta retomada da diferença sexual por outro lado, também articula-se, como veremos, as experiências que perpassam a socialização feminina como marcadoras da identidade, bem como a necessidade de se falar sobre elas. Argumenta-se que nos últimos anos estas temáticas têm sido mitigadas na agenda feminista com a entrada de demandas e sujeitos diversos.

Neste texto, analiso estas disputas sobre a categoria mulher no ciberespaço tendo como referência o movimento feminista crítico de gênero, analisado não em termos dos seus sujeitos, mas de seus discursos e epistemes. O uso da categoria “Movimento feminista crítico de gênero” ao invés de simplesmente “Feminismo Radical” se dá por uma série de razões. Trata-se em primeiro lugar, de uma categoria híbrida,êmica e ética, e uma estratégia metodológica para descrever um fenômeno ideológico e político amplo e pulverizado pelo ciberespaço. Em primeiro lugar, ela permite que seja feita uma distinção entre os diversos movimentos antigênero que têm surgido nos últimos anos, de caráter neo conservador que visam restaurar a diferença sexual como manutenção do *status quo* patriarcal (BIROLI, MACHADO e VAGGIONE, 2020) e aqueles que surgem no seio do movimento feminista, de caráter mais laico e progressista visando a autonomia das mulheres através da reconstituição da categoria mulher com base no sexo (corpo e diferença sexual) como forma do que acreditam ser a manutenção e proteção de direitos já conquistados. Em segundo lugar, esta categoria permite descrever um fenômeno, que sendo intrínseco ao Feminismo Radical, extrapola suas fronteiras, se constituindo como um tipo de alargamento discursivo deste campo, através de uma onda crescente e maciça de reivindicações sobre a necessidade da reconstituição da categoria mulher como um sujeito político ontológico centrado na diferença sexual. Nomear deste modo também nos permite maior liberdade em situar os discursos e não propriamente os

seus sujeitos, o que certamente exigiria uma pesquisa envolvendo diferentes metodologias.

Em primeiro lugar, descrevo e analiso o movimento feminista crítico de gênero como oriundo da tendência chamada “virada materialista” das teorias críticas. Em seguida, faço um estudo de caso das reivindicações do movimento feminista crítico de gênero através do caso da página do Ministério das Mulheres na plataforma Instagram, que desde seu início tem sido alvo de uma estratégia sob a acusação de não se pautarem em uma “definição precisa de mulher”; ou ainda, sobre se “esquivar em relação ao uso da categoria mulher ou menina” em suas propagandas.. Através de um survey aplicado em 2020 também analiso o conjunto de motivações que têm conduzido ativistas a se definirem como feministas radicais.

2. Virada Materialista e a crítica ao conceito de gênero

Se a categoria política mulher não existe – ou limita-se a uma categoria fluída e variável, como justificar a necessidade de proteção, cotas, espaços exclusivos e medidas compensatórias? Como conciliar demandas de base identitária se a própria identidade é fluída ou indefinível? (Dornelles, 2024).

Este questionamento não é trivial, nem pode dar-se o luxo de ser ingênuo. Antes, enquadra-se em um rol de críticas ao conceito de gênero, que revelam uma percepção acerca do distanciamento entre as teorias acadêmicas e o movimento feminista² Entre estas críticas, estaria o fato de que a busca desenfreada pela desessencialização desestabilizaria o conceito e a categoria mulher, dissolvendo-o enquanto sujeito político e dificultando o movimento (PISCITELLI, 2002). Na prática, o que os discursos do movimento feminista crítico de gênero acusam é uma negação e um apagamento das diferenças sexuais. Assim, argumentam que tais dificuldades estão em se definir a categoria mulher a partir de um marcador supostamente objetivo e preciso para que não sejam geradas determinadas colisões de direitos.

Ainda sobre estas críticas, Claudia de Lima Costa (1998) afirma que a adoção indiscriminada do conceito de gênero na academia teria ocasionado algumas deformações e mal entendidos, dentre elas a despolitização completa da categoria mulher e o aumento no fardo das pesquisadoras devido a assunção de que sendo gênero relacional, era também preciso estudar os homens (ou as masculinidades), e não as

² Em um trabalho anterior que contou com pesquisa de campo entre jovens ativistas do movimento feminista mostrei esta mesma percepção (MARTINEZ, 2019)

relações de poder que estruturavam os sistemas de desigualdade e opressão_ tendo como resultado pesquisas que muitas vezes fugiam a um olhar crítico feminista. Também segundo essas críticas o acento exagerado nas diferenças ocasionado pelo desconstrutivismo apagaria as vozes de outras correntes impossibilitando a sustentação do movimento de mulheres (Idem).

É justamente sobre a necessidade de se retomar a categoria mulher que o movimento crítico de gênero se debruça. Tributário do feminismo radical anglófono como veremos, o movimento feminista crítico de gênero brasileiro também pode ser enquadrado em uma tendência que tem sido chamada de “virada materialista” das teorias críticas. A premissa é a de que no afã anti essencialista e no exercício incessante de desnaturalização que caracterizaram o rompimento das ciências humanas com as ciências naturais, as teorias críticas desistoricizaram a matéria e a natureza, identificando-as como estáticas, passivas e imutáveis_ e estabeleceram o social como um domínio dinâmico, ativo e constituinte do sujeito. Na perspectiva materialista, a matéria é ativa, dotada de um poder imanente e não é externa ou oposta ao pensamento. É ela que organiza a realidade, não o espírito. Busca-se então encorajar uma posição mais próxima das ciências pelas humanidades e recuperar a contiguidade entre domínios considerados duais (matéria e pensamento, natureza e sociedade) enfatizando que o social se realiza a partir de um ser natural, biológico e se constitui sobre os arranjos situados e modificáveis deste. Este movimento tem sido caracterizado por uma nova atenção a três domínios de entidades da vida social e ação política: o corpo, o ambiente e a técnica. Para algumas filiações materialistas em um cenário de mudanças tecnológicas, crescentes intervenções médicas, científicas e técnicas nas dimensões biológicas e ecológicas de nossa existência, um retorno ao naturalismo e a paradigmas menos dualistas se colocam como exigências práticas e teóricas (MARTIN, 2022).

Nas teorias feministas, o novo materialismo insurge de forma pulverizada, em diferentes inflexões, temporalidades e filiações teóricas que impossibilitam a caracterização de um conceito totalizante de “feminismo materialista”. Mas algumas delas têm em comum o fato de se reivindicarem radicais e materialistas, tecendo uma crítica ao conceito de gênero (seus supostos subjetivismo, voluntarismo e neutralidade política), elevando a categoria mulher no centro do debate e repondo-a como sujeito do feminismo.

Assim, na década de 70 o feminismo materialista francês é um tipo de “materialismo social” construcionista, anti essencialista e anti biologicista, em sintonia com o dualismo próprio das humanidades do século passado. Ele centrou sua análise da

opressão sexual feminina (e não só de classe) representando uma virada nas análises feministas e marxistas. Dialogando com o marxismo, o movimento irá postular a existência de um “nós” cuja base é a opressão sexual. Ela não estava diretamente ligada a fisiologia ou a um *a priori* corporal, mas a relações hierárquicas inerentes as relações de produção, mais propriamente, o trabalho doméstico não remunerado, responsabilidade exclusiva das mulheres, constituindo a base do sistema de exploração (DELPHY, 2015). Neste sentido, este materialismo irá se caracterizar pela crítica a idéia de uma natureza feminina e de uma diferença inerente entre os sexos. Nele, as categorias homem e mulher aparecem como construções históricas e sociais passíveis de serem eliminadas. As próprias categorias biológicas (como o sexo) seriam politicamente construídas por uma relação social de opressão e pela ideologia do opressor (ABREU, 2018). O centro da reflexão são *as relações sociais de dominação* que estruturam uma forma de dominação e forjam categorias pretensamente naturais.

A crítica do feminismo materialista francês ao conceito de gênero vai na direção de seu caráter despolitizante, que oculta as relações de dominação. Segundo Abreu (2018) muitas teóricas se insurgiram contra o pós estruturalismo e as teorias *queer* devido ao abandono da análise de relações concretas, isto é, “os aspectos simbólicos , discursivos e paródicos do gênero são privilegiados em detrimento da realidade material e histórica de opressões sofridas pelas mulheres” (MATHIEU, 2014 *apud* ABREU, 2018). Quanto ao gênero, se em um primeiro momento, o conceito contesta o caráter natural do binarismo sexual, não levaria em consideração a dimensão política, o conflito e a historicidade inerentes as práticas de diferenciação, inclusive apagando os agentes responsáveis pela subordinação das mulheres (ABREU, 2018)

Diferente disso, no feminismo radical anglófono a materialidade é enraizada nas relações de dominação oriundas do sexo e da diferença sexual *per se* , componentes apriorísticos das experiências. Neste sentido, possui um caráter ontológico na medida em que lança mão do corpo como um *a priori* e nexos das experiências das mulheres.

Nascido nos anos 70 em suas origens, o Feminismo Radical anglófono se propunha a “chegar na raiz” da opressão enfocando a estrutura social, seus elementos históricos, políticos e sociais. Teóricas como Shulamith Firestone, Kate Millet, Catherine MacKinnon, Andrea Dworkin inspiradas grandemente no Segundo Sexo (Beauvoir, 1949), trabalharam com temáticas diversas, que vão desde a ideologia do amor romântico na cultura da feminilidade (FIRESTONE, 1976), heterossexualidade

compulsória e lesbiandade (WITTIG, 2010), pornografia e prostituição (MACKINNON, 1991).

De modo geral, o feminismo radical tanto na segunda onda como de agora, que tem se construído no Brasil, se alinha aos debates da segunda onda feminista a respeito da universalidade da opressão da mulher, consequência de uma associação entre o feminino com a esfera da reprodução e da perpetuação da espécie (BEAUVOIR, 1949; FIRESTONE, 1976; ROSALDO, 1979; ORTNER, 1979). Nesta tese, as causas da opressão das mulheres estão visivelmente localizadas no processo reprodutivo; a reprodução se coloca como o obstáculo histórico que faz com que as mulheres sejam definidas em uma relação de alteridade e hierarquia com o homem (HEILBORN, 1993). Suas categorias de análise são particularmente, “mulher”, “opressão” e “patriarcado”. Segundo Piscitelli (2002:pp.6), “em termos teóricos, trabalham com uma idéia global e unitária de poder, o patriarcado, numa perspectiva na qual cada relacionamento homem/mulher deveria ser visto como uma relação política”. Ele buscará recuperar a dimensão ontológica das experiências que condicionam os processos de se tornar uma mulher em nossa cultura se opondo a noção de identidade de gênero. Seu materialismo está ligado a “mulheridade” constituída sobre uma “experiência” de caráter coletivo que inscreve tanto a socialização quanto uma história de vida como mulher, com suas opressões e violências.

Nós sabemos que somos mulheres que nasceram com cromossomos e anatomia feminina, e que sendo ou não socializadas para sermos a chamada “mulher normal”, o patriarcado tem nos tratado e vai nos tratar como mulheres. Transsexuais não têm tido esta mesma história. Nenhum homem pode ter essa história de vida de ter nascido e ter sido situado nessa cultura como uma mulher. Ele pode sim ter tido em sua história a *vontade* de ser uma mulher ou de *agir* como uma mulher, mas essa experiência de gênero é a de um transsexual, não a de uma mulher. Cirurgias podem dar os órgãos femininos internos e externos artificiais, mas não podem lhe conceder a história de ter nascido uma mulher nesta sociedade. (RAYMOND, 1994. Trad.minha)

O materialismo do feminismo radical Anglófono será largamente sustentado pela crítica de gênero, seus efeitos sobre o movimento feminista e os seus sujeitos políticos. No plano da militância, as ativistas apontarão a confusão de fronteiras e o apagamento das experiências das mulheres devido ao uso maciço da categoria gênero no cotidiano e na política. Termos que dissociam o significante mulher de suas experiências corporais (como “pessoas que menstruam”, “pessoas com útero”) tem sido alvo de críticas por feministas radicais, que acusam apagamento e misoginia. E o mais importante, é que irão definir gênero como um sistema de poder masculino que mantém a subordinação das mulheres através da feminilidade. *Gender Hurts* de Sheila Jeffreys (2014) tem sido

considerada a obra pioneira a fazer uma crítica contundente ao movimento transativista e ao conceito de gênero, tomando-os como fenômenos intrínsecos. Para ela, gênero é a construção social sobre os sexos, aparato compulsório patriarcal que denota estereótipos contraditórios aos interesses das mulheres_ sendo a base da discriminação contra elas. Assim, a idéia de que gênero é um “sentimento” que deve ser expresso em termos de feminilidade ou masculinidade seria conservadora, visando construir homens e mulheres através de comportamentos estereotipados e hierarquizantes.

A crítica ao uso de gênero se aplica prioritariamente ao transativismo, que ao tratá-lo como identidade reforçaria tanto os estereótipos quanto seu binarismo_ essencializando-o como categoria ontológica. Dentro disso, certos comportamentos considerados femininos são sistematicamente reproduzidos e reiterados, ao invés de rompidos. Baseado em inclinações, sentimentos e desejos individuais, a identidade de gênero ao invés de questionar a existência do gênero, afirmaria o direito de pertencer ao outro gênero; e ao invés de questionar a existência das categorias, cria novas³. Além disso, a exaltação das performances transgressoras, própria do *queer*, necessitaria da permanência da associação de mulheres e homens com papéis estereotipados. O discurso transgênero é visto como um instrumento de dominação, reiterando ideais patriarcais sobre o que é e como deve ser uma mulher.

3.As querelas na prática: embates e demandas sobre a categoria mulher

Embora seja anterior ao crescimento da internet, no Brasil foi no seio da cultura digital, com a popularização do acesso a internet que a partir de 2011, começa haver uma movimentação entre feministas radicais e transativistas. Mas foi em 2015 quando o feminismo radical se consolida no Brasil como um campo discursivo significativo que querela ganhou potência e novas inflexões. Diversas páginas e grupos de discussão que emergiram neste período permanecem até hoje, a despeito da dinâmica rotativa e instável do ciberespaço, tais como os blogs “QG Feminista” e “Feminismo com classe”_ principais veículos de informação e conhecimento feministas radicais. Antes disso, entre 2011 e 2014 embora ainda não houvesse um campo nomeadamente feminista radical, já

³ Esta concepção advoga que gênero seria um espectro onde as construções sociais do masculino e feminino são alongadas para abrigar novas identidades. Como se tratam de questões muito recentes, boa parte da crítica a estes temas tem sido feita através de blogs. Para saber mais, veja: <https://medium.com/qg-feminista/por-que-identidade-de-g%C3%AAnero-%C3%A9-um-conceito-antifeminista-606a1891870b>. Acesso em 10/03/2021.

era possível observar os primeiros embates e disputas entre mulheres e transativistas, bem como as primeiras tentativas de se buscar epistemologias alternativas que respaldassem uma crítica a gênero. As discussões feministas aconteciam em blogs de grande penetração como o “Escreva Lola, Escreva”, lista de emails como as do site “Blogueiras Feministas” e comunidades do Orkut, como a “Feminismo e Feministas”. Foi na lista de emails Blogueiras Feministas que em 2010 presenciei pela primeira vez a ampla participação de transativistas (posteriormente, alguns se tornariam pilares do Transfeminismo no Brasil) em um espaço feminista, assim como as primeiras querelas em torno da categoria mulher nos debates a respeito de mulheres “cis” e trans”. A categoria “cisgênero” emergiu no movimento transativista a partir das disputas com grupos feministas radicais e alude ao alinhamento de gênero com sexo, a identificação com as identidades atribuídas no nascimento. Foi no embate entre estas categorias que de um lado, transativistas conclamavam as “mulheres cis” a reconhecerem seus privilégios por terem seus “gêneros adequados a seu sexo” enquanto de outro, havia a tímida recusa destas em serem nomeadas como tal_ já que não consideravam haver privilégios em ser uma mulher em nossa sociedade.

Hoje, o alargamento do campo discursivo do feminismo radical fez com que este se deslocasse de blogs, páginas e grupos mais restritos para redes sociais e comunidades mais amplas , orbitando em torno de um discurso crítico de gênero e de suas implicações. O caso da página do Ministério das Mulheres no Instagram é emblemático neste sentido pois mostra como as disputas sobre a categoria mulher estão se dando no âmbito das políticas sociais. A página conta hoje com 797 publicações e 84,8 mil seguidores. Para este estudo foram analisados os comentários de 550 postagens de 09/01/2023 a 30/11/2023; dos quais coletamos comentários de 34 postagens, a grande maioria referentes a campanhas de políticas públicas voltadas a mulheres e eventos promovidos pelo ministério. O critério de escolha para estas postagens foi o engajamento dado pelos comentários. Para este texto, foram selecionadas postagens que refletem de forma mais evidente as demandas do movimento crítico de gênero no âmbito das políticas sociais ao mesmo tempo em que também aludem aos aspectos epistemológicos descritos anteriormente.

Desde seu surgimento em janeiro de 2023 quando da posse do Presidente Lula, a página tem sido alvo de questionamentos e tensões por parte de feministas críticas de gênero que insistem na necessidade de que as políticas sociais sejam ancoradas em uma definição materialista de mulher _ e não no conceito de gênero. Assim, em grande parte

das postagens tem sido comum que a ministra Cida Gonçalves seja instada a se manifestar sobre a definição de mulher que o ministério está adotando, da mesma forma como são comuns os comentários que buscam definir a categoria mulher pelo sexo e pela diferença sexual. Enquanto associações e organizações transativistas se organizam para conquistar cada vez mais espaços nas políticas sociais voltadas as mulheres; feministas têm apontado as supostas incongruências e colisões de direitos advindas de políticas de gênero que se pretendem cada vez mais inclusivas.

As críticas são muitas e se enquadram todas em uma mesma premissa: a de que mulheres estão sendo invisibilizadas e apagadas pela adoção do conceito de gênero (e de uma definição inclusiva de mulher) na execução e promoção das políticas sociais_o que configuraria em misoginia por supostamente validar uma concepção masculina do que é uma mulher .



Post 15/02/2023 – Propaganda do Ministério



Post 16/02/2023 – Quem é a ministra Cida Gonçalves

A questão é controversa na medida em que intrínseca a esta reivindicação está a exclusão de mulheres trans no rol de políticas do ministério, sob a alegação de que deveriam ser abarcadas por outras instâncias políticas (como o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania), o que acaba por promover inumeras contendas nos comentários. Seja em campanhas contra a violência, de promoção a saúde ou de igualdade no trabalho, a alegada invisibilidade das mulheres é dada principalmente pela mistura ou inclusão de mulheres trans nas políticas sociais_ oriundas da adoção do

conceito de gênero. Sendo assim, o sexo aparece nestes discursos como um marcador purificado que separa e delimita os sujeitos políticos do feminismo e das políticas sociais.



Post 15/02/2023 – Propaganda do Ministério



Post 15/02/2023 – Propaganda do Ministério

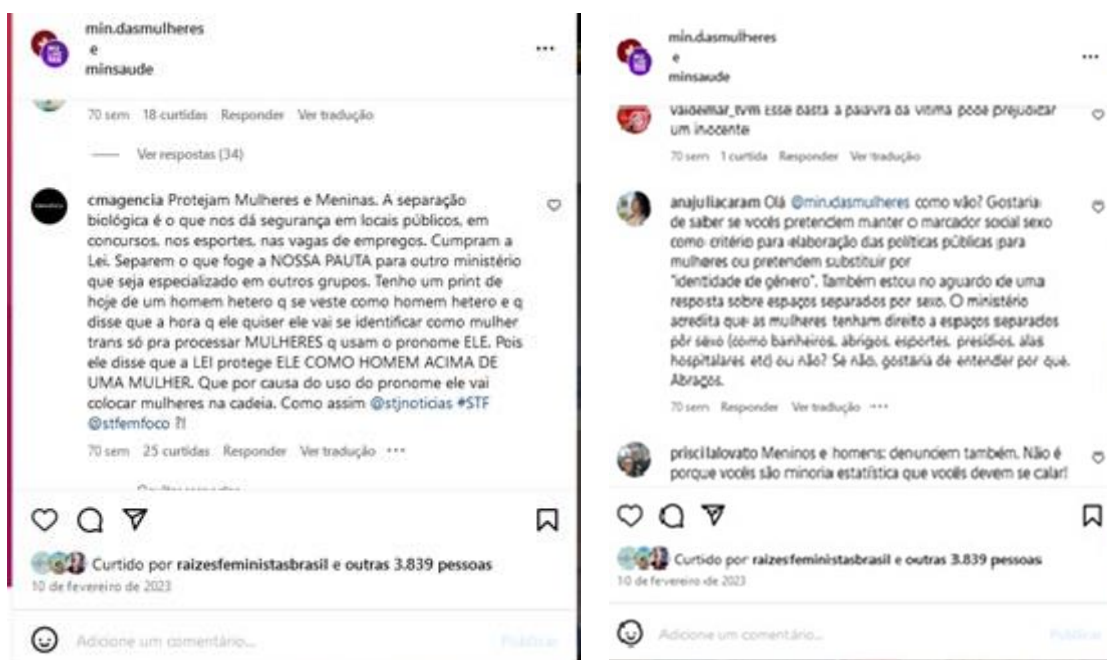
No campo da praxis, tudo indica que estes tensionamentos tiveram seu início com a recepção de representantes da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) no gabinete da ministra poucos dias após o início do mandato, em 23/01/2023, o que ocasionou a percepção de ter havido preterimento das mulheres em prol das mulheres trans e travestis.



A afirmativa no terceiro comentário de que as pautas da ANTRA “atropelam os direitos das mulheres” se refere sobretudo ao direito a espaços exclusivos (físicos, políticos e sociais) que vem sendo apontado como uma colisão de direitos pelo movimento crítico de gênero_ ocasionada pelo crescimento das políticas baseadas em identidade de gênero. Parte da crítica reside no argumento de que devido a ampla e irrestrita aceitação do conceito de gênero, as políticas baseadas em identidade de gênero têm sido aprovadas nas instâncias superiores sem muita discussão por parte da sociedade (RODRIGUES, 2021).

A reivindicação por espaços exclusivos como um direito das mulheres aparece nos comentários da página do Ministério das Mulheres tanto nas campanhas que divulgam abrigos a vítimas de violência quanto naquelas que versam sobre mulheres em espaços sociais específicos, como na política, no serviço público e nos esportes. No caso de espaços físicos como banheiros, alas hospitalares e abrigos a vítimas de violência, o argumento é que mulheres e meninas seriam colocadas em situação de risco. Alegam que, ainda que possa ser falha, a socialização de homens que se tornam transgêneros teria passado pelos mesmos componentes comuns a construção da masculinidade: agressividade, misoginia, homofobia e dominação de mulheres (Welzer-Lang, 2001).

Nos posts abaixo sobre uma campanha contra a violência sexual, o ministério é questionado sobre espaços separados por sexo em abrigos, banheiros, presídios e alas hospitalares.



No caso de espaços simbólicos, isto é, cotas para mulheres na política, nos esportes e no serviço público federal (como no post abaixo), os comentários versam sobre a ocupação destes espaços por mulheres trans, supostamente reduzindo a participação de mulheres.



Post 30/11/2023 – Paridade de gênero no serviço público federal

Tal como foi explicado no tópico anterior, o feminismo materialista (francófono e anglófono) trabalha com uma dialética homem/mulher na qual se inscrevem relações hierárquicas de poder. Tal dinâmica de dominação tenderia a ser ocultada quando se adota o conceito de gênero privilegiando seus aspectos discursivos e paródicos em detrimento da realidade material e histórica de opressões sofridas pelas mulheres. Esta dimensão se faz visível nas postagens sobre violência, misoginia e feminicídio através das reivindicações para que os agressores sejam devidamente nomeados como homens, assim como as suas vítimas, as mulheres. Os comentários seguintes foram feitos em postagens sobre violência de gênero e feminicídio, onde grande parte das críticas recaíram sobre o uso do marcador gênero ao invés de sexo na execução de políticas públicas, o que supostamente recobriria os verdadeiros autores da violência.



Post 16/11/2023 – Violência de Gênero.



Post 10/10/2023 – Femicídio

A universalidade da opressão feminina dada pela associação do feminino com a esfera da reprodução aparece frequentemente nos comentários sobre a suposta invisibilização das experiências das mulheres, seja com seus corpos ou na divisão sexual do trabalho dada pela alegada confusão de fronteiras ocasionada pelo conceito de gênero. Em uma postagem sobre a divisão de tarefas houve a insistência para que se falasse em divisão sexual do trabalho e não em gênero.



Post 30/06/23 - Divisão de tarefas

Quando se adentra na seara da “materialidade dos corpos femininos” considera-se muito frequentemente a alegada dissociação do corpo feminino e seus processos do signifiante mulher pela substituição de termos como pessoas que menstruam, pessoas gestantes, etc. Isso é visível nos comentários em postagens sobre a saúde das mulheres, como abaixo na campanha de dignidade menstrual _que pretende distribuir absorventes para a população carente.



Post 11/04/2023 – Dignidade menstrual



Post 22/06/2023- Dignidade menstrual

4. Como se torna uma feminista radical?

Mas quais seriam as motivações implícitas ao suposto crescimento deste movimento? Em um questionário anônimo onde se busca compreender o fenômeno da adesão ao Feminismo Radical, na questão discursiva sobre *como e porque se tornou uma feminista radical*, emerge um padrão de respostas classificáveis em cinco eixos temáticos por ordem de relevância: 1. *experiências pessoais relacionadas ao fato de ser uma mulher em nossa cultura*: feminilidade, desigualdade de gênero na criação de irmãos, baixa autoestima, sentimentos de inadequação, disforia corporal, maternidade e violências diversas como assédio, abuso, misoginia, lesbofobia; 2. *experiências relacionadas a conflitos com o movimento transtivista*; 3. *necessidade de conhecer outras teorias*; 4. *Identificação com as pautas*; 5. *consideram ser a vertente que mais contempla a todas as mulheres*.

Sobre o item 1 *experiências pessoais relacionadas ao fato de ser uma mulher em nossa cultura*, grande parte das ativistas se reconhecem no Feminismo Radical por tematizar experiências que incidem grandemente sobre pessoas do sexo feminino, algumas delas traumáticas. Dentre as respondentes, 11% alega terem chegado ao Feminismo Radical através de dolorosas e violentas experiências como assédio, abuso, misoginia, lesbofobia, baixa auto estima, sentimentos de inadequação, disforia corporal, entre outros. Nas descrições, o corpo figura a um só tempo como fonte de opressão e símbolo de resistência.

Eu entendi que o meu corpo era o principal gatilho da opressão que eu sofria/sofro e fui buscar no feminismo uma forma de lutar contra isso e achei isso no radfem, pois ele sim olha para a raiz da opressão feminina.

Foi o feminismo que mais me acolheu e fez eu recuperar minha auto estima

Não digo que sou [feminista radical]. Mas sim, uso as lentes do Feminismo Radical para balizar minha interpretação de mundo enquanto mulher. Sendo sobrevivente de abuso sexual infantil, foi importante para mim durante o processo de não mais me culpabilizar enquanto adulta

Eu sofri muito na adolescência por não ser feminina e com isso sempre ouvir que eu era "um homem no corpo errado". Por conta disso, associado a todo o assédio e abuso sexual que sofri desde criança, sofri muito com disforia sexual, acreditando que meus problemas iriam embora se eu virasse "homem". Quando descobri o feminismo de verdade, o radical, eu entendi que "meu corpo minhas regras" nunca foi sobre transar com deus e o mundo ou usar roupas sexualizantes, era sobre ter poder sobre o que podem ou não fazer comigo, e foi assim que o Feminismo Radical literalmente salvou minha vida, porque isso aconteceu no momento em que eu decidi tomar testosterona e fazer mastectomia.

A descoberta e identificação do corpo como instrumento de opressão e sofrimento figura dentre as principais experiências que têm levado mulheres ao Feminismo Radical. Como foi tratado, parte da socialização feminina envolve encaixar-se em padrões de feminilidade (comportamentais, estéticos, ambos normativos) rigorosos e opressivos. Quando mulheres não correspondem aos padrões de feminilidade (sendo masculinizadas, lésbicas, solteiras ou sozinhas) não só recebe sanções e cobranças sociais, como também tem sua própria ontologia questionada.

Desde criança eu era tachada de menino por não ser vaidosa e não gostar de maquiagem. Por vezes achei que eu era lésbica (diziam que eu era um machinho) e eu ficava frustrada porque eu não queria ser lésbica, pois era apaixonadinha pelo meu amigo da escola e não queria deixar ele. Cresci sempre sem me entender, porém me relacionado com garotos. Deixei essa identidade "no armário". Aí conheci o Feminismo Radical e o óbvio ficou exposto pra mim. Eu sou uma mulher, sempre fui. Sou hetero, e não faço parte do padrão estético imposto de mulher. Simples, mas eu não enxergava.

A crítica a feminilidade tecida pelo Feminismo Radical tem sido apontada como um mecanismo que tem ajudado mulheres a compreenderem a natureza opressiva dos padrões de gênero e a mudar suas visões a respeito de seus corpos e sexualidades. A

transsexualidade em mulheres tem sido compreendida como efeito de uma cultura misógina onde a masculinidade é um privilégio. O ódio que muitas mulheres tem de seus corpos aparece relacionado a inadequação em encaixar-se aos estereótipos e normas genderizadas de nossa cultura. Para as feministas radicais, “se tornar um homem” seria a solução para mulheres que se rebelaram contra a misoginia ou fugiram a estas normas. Assim, são muitos os relatos de mulheres que destransicionaram (deixaram de ser “homens trans”) ou mudaram de idéia quanto a suas identidades de gênero a partir do Feminismo Radical.

Sobre o item 2, *as experiências de conflitos com o transativismo*, 15% da amostra do questionário aponta terem chegado ao Feminismo Radical devido a elas. Entre as pesquisadas que afirmam no questionários já terem sofrido retaliações e violências no ciberespaço 88,5% delas apontam serem originárias destes grupos.

Me tornei [feminista radical] depois de afirmar em um grupo LGBT do Facebook que lésbicas não possuem pênis. Depois disso fui chamada de transfóbica e comecei a pesquisar sobre o tema. Li sobre feminismo materialista e tudo fez sentido pra mim. Depois de ler heterossexualidade compulsória e existência lésbicas de Adrienne Rich todo um universo se abriu pra mim, hoje sou radical por necessidade, devido ao nível de apagamento e misoginia que estamos vivenciando. Entrei numa coletiva com o objetivo de me envolver politicamente nas questões que afetam mulheres enquanto classe.

Neste relato, foi o laço entre experiência e teoria que possibilitou o entendimento do que é uma ser uma lésbica e do auto reconhecimento. E isso ocorre a partir do embate com transativistas. São muitos os relatos de conflitos em espaços dito mistos. A prática denominada “teto de algodão” (*cotton seiling*), a qual a informante se refere, seria uma tática do movimento transativista para coagir mulheres a se relacionarem sexualmente⁴. Assim o que lésbicas estão dizendo é que transativistas não podem se afirmar como mulheres, pois trata-se de uma categoria política baseada no sexo feminino. É por isso, que o repertório feminista radical inclui referências diretas a anatomia sexual.

A essencialização do sexo é uma reação política a essencialização do gênero e das identidades quanto as práticas e estratégias descritas pelas informantes para silenciar mulheres_ como perseguição, ameaças a integridade física, exposição, difamação e calúnia, dentre outros. No campo discursivo, parte desta estratégia inclui a acusação de transfobia a qualquer um que questione os fundamentos ou as práticas da corrente transativista (MIGUEL, 2016). Dentro disso, são frequentes relatos em que mulheres

⁴ BIANCA CHELLA, Afinal, o que é Cotton Ceiling? Link: <https://medium.com/qg-feminista/afinal-o-que-%C3%A9-cotton-ceiling-94163f35836e> Acesso em 15/03/2022.

são acusadas de transfóbicas por se referirem a seus corpos e processos; ou conforme foi tratado, de lésbicas que se recusam a ter relações sexuais com transgêneros.

O item 3 alude a *necessidade de se conhecer outras teorias*. O Feminismo Radical no Brasil surge a partir da colaboração entre mulheres em contrapor as visões que então se impunham na academia e no movimento feminista sobre a categoria mulher. Grande parte das trajetórias de ativistas envolve a passagem pelo que chamam de feminismo liberal (ou “LibFem” no ciberespaço), considerado uma vertente guiada por uma idéia de *igualdade conquistada de forma individual* através através de conceitos como liberdade, escolhas e identidades. (BIROLI, 2014). Nos dias atuais, o feminismo liberal segue calcado em um individualismo metodológico revestido pelos conceitos de “liberdade sexual” e “empoderamento feminino” onde as noções de liberdade e escolha fazem parte de um imaginário cultural hegemônico sobre o que é o feminismo. Nos discursos do Feminismo Radical, o Feminismo Liberal opera com uma noção voluntarista de agente social onde a “capacidade de escolha” encobriria as estruturas patriarcais em nossa cultura. Em uma sociedade onde mulheres são objetificadas, sexualizadas, traficadas e mercantilizadas, quaisquer “escolhas” ou “transgressões” ligadas a esfera da sexualidade feminina (como a “liberdade sexual”) seriam ilusórias pois só reiterariam as velhas associações sexistas sobre as mulheres e seus corpos. Então, o feminismo liberal tem sido acusado de se alinhar aos interesses patriarcais na medida em que ao enfatizar a capacidade de escolha através de máximas como “meu corpo minhas regras” tende a ocultar as estruturas que definem, oprimem e objetificam as mulheres, bem como as redes de constrangimentos através das quais as escolhas se definem (Birolli, 2014).

Os itens 4. *Identificação com as pautas, e;* 5. *consideram ser a vertente que mais contempla a todas as mulheres* são intimamente relacionados e aludem ao amálgama entre experiência e teoria e a necessidade desta abarcar e incluir a todas as mulheres.

[O Feminismo Radical] É sobre entender nossa condição e história

Porque o Feminismo Radical fala da experiência das mulheres

Feminismo Radical pra mim é muito estudo, teoria e prática aplicada! Pra mim é a melhor forma de ver o quanto a opressão é enraizada e bem elaborada

É o único que de fato teoriza a prática. Ou seja, fala sobre a real vivência das mulheres enquanto fêmeas dentro de um sistema patriarcal. As demais vertentes somente teorizam aquilo que gostariam q fossem nossa vivência. Vivem num mundo mágico de Alice

“Teorizar a prática” é fornecer as condições de possibilidade do reconhecimento de si como um sujeito político. Isso envolve o reconhecimento de outras mulheres como parte de uma categoria política unida pela opressão ao sexo feminino. Da mesma forma, se reconhecer na teoria envolve tecer-se como parte de uma experiência coletiva que repousa (em fora de formas variáveis) sobre fenômenos entrelaçados por um mesmo componente: a dominação de um sexo pelo outro.

5. Conclusões

Neste trabalho, busquei explorar as disputas atuais pela categoria mulher no movimento feminista, mais pontualmente pelo movimento feminista crítico de gênero. No primeiro caso, as reivindicações por uma definição de mulher no âmbito das políticas públicas são consideradas fruto de colisões geradas pela implementação e disseminação acrítica de políticas baseadas em gênero, que ocasionaram o apagamento de experiências de opressão que permeiam a ontologia das mulheres _ sendo o controle sobre a esfera sexual e reprodutiva o foco dominante em muitos contextos culturais (OKIN, 2010). No segundo caso, o conjunto de motivações que têm levado ativistas a se tornarem feministas radicais, os relatos sugerem que este apagamento tem sido vivenciado como uma forma de silenciamento sobre suas existências. Quando evocam suas experiências acerca de seus corpos, do feminismo e dos embates com o movimento transativista, estão tornando visíveis as marcas da dominação e da opressão inscritas pela diferença sexual.

Dito isso, é possível encontrarmos um ponto de convergência onde estas colisões possam ser mitigadas e as experiências tornadas visíveis? Atualmente algumas propostas para solucionar os atuais dilemas de gênero giram em torno da “recriação da categoria mulher” (PISCITELLI, 2002) nos estudos e no movimento feminista, não de forma essencializada através de características corporais ou pelo viés de qualquer fundacionismo biológico (NICHOLSON, 2000), mas como uma categoria política, instável e heterogênea construída historicamente por discursos e práticas variados sobre os quais repousa o movimento feminista (COSTA, 1998). Neste sentido, deve-se ter em mente suas diferentes temporalidades e densidades em relação a outras categorias, buscando-se apreendê-la de forma localizada em contextos específicos e considerando-se toda a rede de características que perfaz este significante como anatomia, sentimentos e identificações (NICHOLSON, 2000:pp27), bem como as interseções de raça, classe, sexo, idade, etc, instituindo pontos nodais que que limitariam o fluxo de

significados sobre o significante (COSTA,1998). Mas admitir a instabilidade da categoria mulher e situá-la nos contextos específicos onde ela emerge também requer a assunção de que em alguns destes casos os pontos nodais podem e devem ser instituídos pela a diferença sexual, um poderoso marcador das diferenças, enquanto em outros contextos isto se faria menos necessário. Ao invés de negar a diferença sexual como fator essencializante, isso acabaria colocando-a em um conjunto de outros poderosos marcadores da diferença que constróem os sentidos de mulher.

6.Referências

ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. **Revista Estudos Feministas**, número 26, vol 3, 2018.

ALVAREZ, Sonia *et all* Encontrando os feminismos latino americanos e caribenhos . **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(2): 360, jullho-dezembro,2003

BEAUVOIR, Simone de **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. In BIROLI, Flavia e MIGUEL, Luis Felipe **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014

CHELLA, Bianca Afinal, o que é *Cotton Ceiling*? Link: <https://medium.com/qg-feminista/afinal-o-que-%C3%A9-cotton-ceiling-94163f35836e> Acesso em 15/03/2022.

COACCI, Thiago. Encontrando o Transfeminismo Brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora.A Revista de História do Tempo Presente**, 2014.

COSTA, Claudia de Lima. O Tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, 11, 1998, pp. 127-140.

DELPHY, Chistine. O inimigo principal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº17. Brasília, maio - agosto de 2015, pp. 99-119.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo um estudo da revolução feminista**, Rio de Janeiro: Editora Labor do Brasil, 1976.

JEFFREYS, Sheila. **Gender Hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism**. Londres e Nova York: Routledge Taylor & Francis Group, 2014.

MACKINNON, Catherine. **Toward a feminist theory of the state**. Harvard: Harvard University Press, 1991.

MARTIN, Facundo N. **Materialismo (não apenas) histórico. Uma defesa de Sebastiano Timpanaro**. Disponível em

<https://www.esquerdadiario.com.br/Materialismo-nao- apenas-historico-Uma-defesa-de-Sebastiano-Timpanaro#nh1> Acesso em 10/07/2023.

MARTINEZ, Fabiana J. Feminismos em movimento no Ciberespaço. **Cadernos Pagu** [online] no 56, 2019. pp.01 -34. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n56/1809-4449-cpa-56-e195612.pdf>.

MIGUEL, L.F. Uma crítica lésbico-feminista ao discurso transgênero **Estudos Feministas**. vol.24 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2016.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 8,nº2, pp. 9-43, Florianópolis, 2000. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>

ORTNER, Sherry. Está a mulher para a natureza como o homem está para a cultura? In ROSALDO, Michelle. e LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher?. In ALGRANTI, Leila Mezan (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos didáticos. Campinas, IFCH, 2002.

RODRIGUES, Eugenia. História das políticas baseadas em identidade de gênero. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a. 20, n. 57, jul./dez, 2021.

WITTIG, Monique. O Pensamento *straight* in BRANDÃO, CAVALCANTI, I, COSTA, C. de LIMA, A.C.A **Traduções da cultura. Perspectivas críticas feministas (1970-2010)**.